

PORTUGAL - QUE VIAS DE DESENVOLVIMENTO? QUE INSTITUIÇÕES?

A crise actual dos modelos de desenvolvimento que, quer a leste, quer a oeste, assentam em estruturas socio-políticas autoritárias e concentracionárias, vem demonstrar uma vez mais a inevitabilidade da alternativa: socialismo ou barbárie.

No espaço europeu, as sociais-democracias estão cada vez mais confrontadas com o facto de a democracia não poder continuar a exercitar-se ao nível meramente formal e parlamentar, secundando modelos de desenvolvimento que a tendem a anular. No caso dos partidos sociais-democratas que participam nos governos (Alemanha, Grã-Bretanha), o seu acesso ao poder não tem representado uma alternativa política real. Nos casos em que, pelo contrário, se encontram afastadas do poder (França, Itália, Espanha), a crise actual inviabiliza as ilusões do compromisso entre classes dirigentes e classes dirigidas. Finalmente, os partidos eurocomunistas não conseguem ultrapassar as dificuldades resultantes da estratégia, organização e ideologia que ainda sofrem os efeitos do modelo herdado da III Internacional.

Torna-se cada vez mais imperioso aprofundar a democracia, descentralizar a nível económico, político, social e cultural. Articular a democracia representativa com a democracia directa e autogestionária e possibilitar a dialéctica entre os novos movimentos sociais e os partidos socialistas transformados constituem condições indispensáveis para a construção da democracia socialista.

Valerá a pena concretizar um pouco mais os enunciados anteriores.

A extensão das crises e do domínio do Estado a todas as áreas do quotidiano (reprodução da força do trabalho, transportes, saúde, educação, alojamento, cultura, ciência, tecnologia, etc.), a marginalização de certos grupos sociais (jovens, emigrantes, regiões, mulheres...) são acompanhados da formação de movimentos de contestação da legitimidade.



dominante e de comportamentos colectivos de protesto popular.

É urgente lançar um debate que permita conhecer o sentido das crises actuais e inteligir as alternativas de transformação.

O movimento operário permanece uma força política de fundamental importância, mas é necessário conhecer as suas modificações. A institucionalização de certos conflitos, as clivagens entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre trabalhadores emigrantes e trabalhadores autóctones, entre qualificados e indiferenciados, etc., implicam que as organizações operárias se democratizem, assumam e enfrentem a diversidade social que lhes é interna, estabeleçam alianças, quer com os grupos sociais que são rejeitados para a periferia pelos aparelhos centrais de dominação (emigrantes, reformados, desempregados, etc) quer com camadas populares de uma pequena burguesia moderna que não poucas vezes denunciam o poder da nova tecnocracia (empregados, quadros, especialistas, técnicos, funcionários, profissionais da comunicação, do conhecimento científico, etc.).

Os movimentos estudantis anunciam a existência de novos conflitos que têm como "enjeu" os modos sociais de produção e utilização do conhecimento científico, tecnológico e cultural.

Os movimentos das mulheres apresentam-se como processos em curso de libertação cultural, de modernização, de conquista de iniciativa e de direitos, defendendo o progresso contra a tradição, a participação igualitária contra o particularismo e a discriminação.

Os movimentos regionais e nacionalistas reflectem, ora contradições e desigualdades dos modelos de desenvolvimento, ora dependências externas das áreas periféricas. Procuram uma identidade cultural associam-se por vezes a reivindicações de classe e a acções modernizadoras contra tradicionalismos arcaicos.

O movimento antinuclear e os movimentos ecológicos constituem igualmente um núcleo fundamental das lutas que se desenvolverão na história social do amanhã.

A luta pela qualidade de vida não é já apenas a expressão dum utopia, mas sim o anunciar de valores novos e de forças susceptí -

veis de reorientar o crescimento económico. Crise do crescimento? Crise do capitalismo?

Crise da sociedade industrial e do produtivismo? Crise da civilização e das instituições? Questões que se inserem nas diferentes estratégias de transformação social dos grupos envolvidos nas práticas sociais (patronato, sindicatos, movimentos de consumidores, grupos contestatários, etc.). Até mesmo os valores tradicionais do movimento operário são modificados, postos em causa pelo movimento ecológico. Enquanto um certo sindicalismo de massas continua a basear a sua estratégia reivindicativa em necessidades suscitadas pela sociedade industrial e de consumo, uma outra corrente ideológica mais radicalmente crítica rompe o círculo vicioso produção-consumo e equaciona a reivindicação em ruptura com o modelo imposto pelo desenvolvimento industrial capitalista. Contesta-se assim o projecto económico baseado na acumulação irracional de bens e lucros - e também de prejuízos e inutilidades sociais - procura-se um contraprojecto que revele uma nova era do político.

As formas e dimensão, que a denominada crise da energia vem assumindo, são pronunciadoras de profundas transformações dos modelos do desenvolvimento económico e social dominantes na sociedade actual.

São estes os desafios que também em Portugal, "país periférico do capitalismo" onde a crise do sistema se fará sentir com mais agudeza, se colocam à consciência dos que pretendem reunir esforços dispersos em ordem a aprofundar e dar corpo a uma corrente de opinião potencializadora de profundo movimento social veiculador de alternativas institucionais e de desenvolvimento, na sociedade portuguesa.

Não bastará pôr em causa a organização política, económica e cultural: importa conhecer os factores que transformam a sociedade, a cultura e o Estado, integrar e desenvolver os mercados interiores, romper com os monopólios e modos de dominação externos e internos, controlar os resultados do progresso técnico e económico, politizar a reivindicação, a contestação e a revolta, mobilizar as forças sociais democráticas, propor programas de gestão capazes de responder às contra



dições existentes e às modificações do contexto envolvente internacional.

Assumindo, em qualquer caso, a capacidade de os movimentos sociais orientarem a sua acção específica e não serem apenas correias de transmissão integradas de "intelectuais colectivos".

Desenvolvendo a autoanálise dos militantes, confrontando-os com outros actores sociais, criando instrumentos de mediação entre organizações políticas e as forças sociais.

O Centro de Estudos Socialistas (CES) e Reflexão e Acção Socialista (RAS) não se pretendem meros ideólogos, nem observadores. Ao proporem o debate "Portugal: que vias de desenvolvimento? que instituições?" visam promover uma reflexão colectiva sobre os novos valores e formas do desenvolvimento económico, social e cultural, e a definição dos instrumentos e aparelhos (jurídicos, políticos, etc.) que melhor propiciem a transformação participada da sociedade portuguesa actual.

Lisboa, Auditório do Hotel Roma, em 22 de Março de 1980

Centro de Estudos Socialistas

Reflexão e Acção Socialista